



*gomes* *4.*

**ACTA DA 3.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2010**  
**DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL**

*A - 6*  
*F - 38*  
*e - 0*

Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, na Villa Moraes, em Ponte de Lima, pelas dezassete horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada por CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respectiva Convocatória.

Presidiu à reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, verificando que estavam presentes 46 Membros eleitos e em falta dois membros: Décio Brandão Guerreiro e Olegário Gomes Gonçalves; em substituição do senhor Membro Rui Henrique Alves, estava o Membro Gil Heleno Carvalheiro, do Membro Abel Baptista, estava o Membro Luísa Maria Gomes Teixeira Jorge e do Membro Martinho Cerqueira, estava o Membro Francisco Ribeiro Vaz, conforme lista de presenças anexa.

O Senhor Presidente começou por referir a Ordem de Trabalhos iniciando a instalação do Membro Ricardo Miguel Rodrigues Gomes. O Membro Olegário Gomes Gonçalves não foi instalado, por ter faltado à sessão.

**1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

1.1 – Apreciação e votação da Acta da 2.ª Reunião Ordinária de 2010, da Assembleia Intermunicipal;

1.2 – Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia;

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

2.1 – Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo;

2.2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011;

2.3 – Transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados;

2.4 – Autorização de empréstimo a curto prazo;

2.5 – Mapa de pessoal;

**3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

O Senhor Presidente solicitou aos Membros da Assembleia serem breves nas suas intervenções no período de Antes da Ordem do Dia, não ultrapassando 60 minutos, propondo para o PS vinte e cinco minutos, para o PSD vinte minutos, para o CDS dez minutos e para a CDU cinco minutos.



Comunicou ser de acordo comum entre a mesa e os líderes partidários a possibilidade da realização das reuniões da Assembleia Intermunicipal nos vários concelhos do Vale do Lima e Vale do Minho.

Referiu que, a Comissão de Revisão do Regimento está a desenvolver um bom trabalho estando prevista uma última reunião para o início de 2011, onde ficará concluído o documento a ser apresentado na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal para ser discutido e votado.

Acrescentou, que reunirá novamente com a Comissão das Questões de Saúde da CIM Alto Minho, após um ano de trabalho, para ser feita uma reavaliação dos dados obtidos para elaboração de uma avaliação final.

Referiu ainda, que não tendo, até ao momento, um parecer por parte do jurista sobre o Regimento Jurídico da Comunidade do Conselho da Juventude da CIM Alto Minho-Lima, será apresentado na próxima reunião.

Referiu também um esclarecimento que a Mesa fez em conjunto com o Conselho Executivo sobre o Luto e as Bandeiras a meia haste na Comunidade, esclarecendo sobre a inexistência de bandeiras, assim como também, a necessidade de cartão identificativo para todos os membros da Assembleia.

O senhor Presidente deu início ao Acto da Instalação da Assembleia Intermunicipal Minho-Lima dos Membros em falta, concedendo a palavra à D. Maria Virgínia, que passou, de imediato, à leitura da acta de instalação, a qual se encontra anexa e dela faz parte integrante.

Passou-se de imediato ao período de Antes da Ordem do Dia.

## **1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **1.1 – Apreciação e votação da Acta da 2.ª Reunião Ordinária de 2010 da Assembleia Intermunicipal.**

O senhor Presidente começou por fazer algumas rectificações à Acta da última Assembleia Intermunicipal, solicitadas pelo Grupo Intermunicipal do Partido Socialista.

O senhor Presidente deu por abertas as inscrições para quem quisesse proceder a mais rectificações.

Inscreveram-se os Membros Paulo Pimenta, Fernando Cabodeira, Pedro Sousa Lobo e Fernando Lima.

Paulo Pimenta – Após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que na página onze no último parágrafo a votação não estava correcta.

Fernando Cabodeira – Referiu que na página três, na sua intervenção trocaram PSD por PDS.

Pedro Sousa Lobo – Referiu que na linha quatro da página oito da acta, onde menciona “na elaboração da proposta final”, deveriam finalizar com “na elaboração da proposta final de Lei”.



Fernando Lima – Referiu que as actas deveriam ser apresentadas no papel habitualmente utilizados pela CIM, com os dez municípios em rodapé, referindo também o erro anteriormente assinalado, na página número três.

O senhor Presidente passou de imediato à votação da Acta, que foi aprovada por maioria, com 5 abstenções.

O Senhor Presidente passou a palavra ao Membro José António Nogueira para fazer uma declaração de voto.

José António Nogueira - Referiu que queria apenas justificar o sentido da sua abstenção, uma vez que não esteve presente gostaria que constasse na acta.

O Senhor Presidente concedeu a palavra ao membro Roleira Marinho.

Roleira Marinho – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que relativamente à rotatividade das reuniões, o Grupo do PSD regista e congratula-se, esperando que os Presidentes de Câmara e o Presidente da Comissão Executiva acolham com bom agrado esta intenção. Referiu também a importância de se concretizarem os assuntos tratados nas intervenções relatadas em acta, sobretudo as escritas. Apelou, para aquando do envio, por via electrónica, das actas a junção de todos os seus anexos para melhor conhecimento do apresentado.

Nada mais havendo a tratar sobre este assunto, o Senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte do Período de Antes da Ordem do Dia.

## **1.2 – Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.**

O Senhor Presidente referiu que foram entregues à Mesa dois votos de pesar, um do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista, outro do Grupo Intermunicipal do CDS/PP, passando de imediato à sua leitura, conforme documentos anexos a esta acta e desta são parte integrante. (Doc.A e Doc.B)

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, a aprovação de um único voto de pesar um vez que se estes se fundem. Tendo sido aceite a proposta, o Senhor Presidente passou de imediato à sua votação, que foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia. Inscreveram-se os Membros Paulo Morais, José Alfredo, Roleira Marinho, José Carlos Resende, José António Nogueira.

O Senhor Presidente, passou de imediato à leitura de duas Propostas de Recomendação: Proposta de Recomendação de abertura de concurso para instalação de uma estação de serviço na A27 e A28, assim como uma área destinada à promoção do turismo e produtos regionais" e Proposta de Recomendação para organização em 2011 de um debate sobre a regionalização e os seus efeitos financeiros no actual quadro social-económico, conforme documentos anexos a esta acta e desta são partes integrantes. (Doc. C e Doc. D)



O Senhor Presidente concedeu a palavra ao membro Paulo Morais.

Paulo Morais – Após cumprimentar todos os presentes, solicitou ao senhor Presidente que quando pensasse na rotatividade das sessões, em circular pelo Alto Minho, o que considera uma excelente ideia, pensasse também que a principal função de uma Assembleia é ouvir os seus Membros e que nesse sentido, providenciasse as condições mínimas para as pessoas poderem intervir com melhores condições.

O Senhor Membro, passou de imediato à leitura de um documento por si subscrito, sobre a deliberação tomada na reunião anterior, sobre a "colocação a meia haste da bandeira da CIM como sinal de luto pela discriminação a que o Alto Minho foi votado no processo das SCUT".conforme documento anexo a esta acta e desta é parte integrante. (Doc. E)

José Alfredo – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que se tem assistido nos últimos anos a uma destruição de emprego decorrente da falência e do fecho de muitas empresas, do encerramento de pólos de desenvolvimento de investigação de multinacionais no território e do encerramento de diversas unidades fabris, acrescenta que, para além desta destruição observa-se o mercado de trabalho tornar-se cada vez mais fechado e sedentário, pouco dinâmico e pouco flexível, sendo assim, incapaz de dar respostas aos actuais desafios, tanto económicos como geográficos do tecido empresarial nacional que se encontra em conjuntura europeia e global, mencionou que, se vive num país com uma lei laboral extremamente rígida e conservadora, demasiado proteccionista e inflexível para uma realidade que é hoje muito diferente, refere que o mundo de hoje é dinâmico, flexível e onde os desafios são cada vez mais motivadores para os jovens que tenham competência e vontade de aprender novos conceitos, novas tecnologias e novos métodos de trabalho, prosseguiu, referindo que, a amabilidade de vencer desafios, elevada capacidade de aprendizagem e de acompanhamento das tendências, são factores chave no desenvolvimento e realização profissional de qualquer jovem, para tal ao contrário do que acontecia no passado, a realidade profissional é hoje totalmente distinta, não existindo emprego para toda a vida.

Referiu que a competitividade do mundo em que se vive, leva a que as diversas experiências profissionais de cada jovem, ao longo da sua vida, seja uma mais-valia, não só para eles mas também para a entidade que os emprega, criando assim uma mente aberta, clara de pensamentos e sem preconceitos, uma geração que não quer viver num país que fatalmente parece estar destinado a ser pior que os outros, pois querem e anseiam contribuir por um país determinado, um país que acredite ir tão longe, quanto os melhores, apostar na afirmação dos jovens é por isso, apostar num futuro maior para o Alto Minho e para Portugal, garantindo que estes assumam o seu legítimo papel como motor de tão inesperada mudança. Refere que a juventude alto-minhota quer apostar na sua região e no seu futuro, pelo que não se pode ficar indiferente a esta vontade tão ignorada por parte do governo.



*[Handwritten signature]*

Citou ainda que, Viana do Castelo foi o palco de inúmeras e fantásticas promessas eleitorais, onde a ilusão do investimento deu lugar a uma realidade de maior e absoluta insensibilidade para com os reais problemas do Distrito, demonstrando uma absoluta falta de estratégia e de rumo da Governação por parte do projecto "Avançar Portugal", que por sua vez, continua a apontar o dedo à crise internacional dos mercados como culpada do actual estado do país. Em 2010, o desemprego entre a população em geral atingiu um valor dramático de 10,8%, embora entre os jovens com menos de 25 anos o desemprego tenha chegado ainda ao mais dramático número de 22,2%, segundo os dados do insuspeito Eurostat, referiu que em Portugal 2 em cada 10 jovens, encontram-se no desemprego, 175 mil jovens com menos de 25 anos não tem emprego, 55 mil estão há procura do seu primeiro emprego, enquanto 57 mil licenciados também não têm solução para a sua situação profissional. Acrescenta que, a esta realidade preocupante acresce que os jovens que têm emprego, a maioria das vezes tem emprego mal pago, precário ou em áreas que não corresponde à área de formação em que investiram e que por força desta negra realidade cerca de 20% dos jovens vivem abaixo do linear da pobreza. Acrescentou que, no Distrito de Viana do Castelo no último ano encerraram mais de 70 empresas e que de acordo com o último relatório do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o número de jovens desempregados no Alto Minho é verdadeiramente assustador, 4051 jovens, sendo que deste valor 1456 jovens tem menos de 25 anos e 2595 jovens desempregados encontram-se com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos. Referiu que, perante estes números alarmantes a resposta do Governo tem sido persistentemente fraca e ineficaz, contornando já a promessa dos 150 mil empregos, exemplificou com o Programa de Estágio na Administração Pública, em que o governo optou pelos estágios profissionais como uma solução de combate ao desemprego jovem, o Programa de Estágio na Administração Central (PEPAC) na sua primeira edição oferecia 5 mil estágios, apenas foram colocados 2981 licenciados ao abrigo deste programa, ou seja, quase metade das vagas do PEPAC ficou por preencher, pelo que nem o único instrumento que o actual Governo considerou como forma de resolver o desemprego jovem foi suficiente para fazer face a uma das mais altas taxas de desemprego jovem alguma vez verificado em Portugal.

Prosseguiu, referindo que, acompanhar esta política, a generalização dos recibos verdes, enquanto substitutos de contratos de trabalho, a vergonhosa exploração dos jovens em estágios não remunerados, e quando remunerados esta remuneração não corresponde minimamente ao serviço prestado, dominando assim, a precariedade das condições de empregabilidade das gerações de jovens que se recusam terminantemente a ser a geração do "call center". Apresentou algumas soluções que poderão passar pela flexibilidade da contratação de jovens no primeiro emprego, a concessão de benefícios em sede de segurança social para entidades empregadoras que admitam jovens com menos de 35 anos, a concessão de incentivos fiscais ao



*Handwritten signature and initials: J. Carlos Resende*

jovem empreendedor, levando a criar o seu próprio posto de trabalho, mencionando ainda, que no âmbito dos recibos verdes estes jovens trabalhadores passem a ser equiparados a trabalhadores com vínculo laboral efectivo, no que toca aos direitos de protecção social do trabalhador, a baixa médica, o subsídio de desemprego e subsídio de férias, expressou que tem que se ser realista e entender que o mundo mudou, que o emprego para a vida já não é uma realidade. Citou a necessidade do actual regime de recibos verdes ser mais justo e menos penalizador, a inovação e o conhecimento são por toda a gente reconhecidos essenciais para o factor desenvolvimento e criação de riqueza; referiu também, que se sabe, que muitas vezes os jovens investigadores portugueses têm que sair do país para darem continuidade às suas carreiras, uma vez que em Portugal não tem condições, sendo que a maior parte das vezes as questões são relacionadas com a falta de meios. Acrescentou que o Estado assume aqui um papel preponderante, não se podendo resumir aos apoios directos que dão à investigação e ao desenvolvimento, mas sim, criar mecanismos que permitam que o sector privado se sinta atraído por existir investigação e desenvolvimento em Portugal, de forma a incentivar o investimento, a investigação e o desenvolvimento por parte do sector privado, expressou ainda, que é necessário criar incentivos que por um lado retêm o conhecimento no país, e por outro, remuneração dos investimentos efectuados. Para terminar, referiu que é num país com mais e melhores oportunidades, e para os quais os menos jovens, que urge dar um novo rumo, um outro futuro que não apenas aquele que o actual Governo teima em apresentar como única solução possível, um futuro onde os jovens tenham a voz activa na sua construção e nas decisões que os abranjam, um futuro com maiores expectativas, com maiores oportunidades, um futuro onde os jovens voltem a ter a possibilidade de sonhar e acreditar que é possível fazer mais pelo Alto Minho, sendo necessário, repensar atitudes e estratégias que perspectivem esse futuro do qual se possam orgulhar.

Roleira Marinho – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que o PSD pretende apresentar uma Moção e passou de imediato à sua leitura, a qual se refere aos problemas que se colocam quanto às condições de funcionamento das Escolas Particulares e Cooperativas, conforme documento anexo a esta acta e desta é parte integrante. (Doc. F)

José Carlos Resende – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que iria apresentar duas propostas de recomendação, em que uma não a iria repetir, pois é de lógica e de bom senso a necessidade implementar estações de serviço na A28 e na A27 nos percursos que estão dentro da Comunidade, referiu ser uma recomendação ao Conselho Executivo, como forma de diligenciar neste sentido e também com a esperança de que eventualmente as verbas dessas receitas possam ajudar a não cobrar tanto dinheiro nas futuras portagens.

Prossegui, referindo que, a outra se prende com o tema da regionalização, pois apesar do que pensam os vários líderes partidários a nível nacional, todos sabem que acabamos por ser



*M. Nelson*

favoráveis à regionalização, e que não valeria a pena estar na Comunidade a argumentar e a discutir este tema, pois todos sabem que a regionalização seria extremamente importante para todos e que se esta já existisse, não se veria como se vê todos os dias números completamente assustadores sobre o que se gasta em Lisboa e o que se gasta no resto do país. Acrescentou ainda, que todos sabem que um dos argumentos que convenceu grande parte do povo do país contra a regionalização foi o de que, a regionalização, seria uma forma de fazer mais despesa, referiu que neste momento de crise esse argumento daria ainda mais força. Por essa razão propôs, ao Conselho Executivo, que em 2011 organize um ou mais debates sobre este tema, e que nesses debates se preocupem fundamentalmente em demonstrar quais seriam os proveitos, aquilo que se gastava menos com uma regionalização, do que em comparação, com o argumento, que é todos os dias trazido, que a regionalização é uma forma de se ter mais gastos. Para terminar, refere que o debate não deveria ser condicionado, gostariam que aparecessem pessoas com as várias sensibilidades, mas que tivessem essa preocupação de pedir estudos que demonstrassem quais são os custos reais da regionalização.

Referiu também que, relativamente ao desemprego queria fazer apenas um comentário, mencionando, que o desemprego é uma praga, e que ninguém se sente confortável com esta situação; seja porque é vítima dele, ou porque poderá ter no futuro alguém da sua família no desemprego, e que todos têm consciência que provavelmente, e independentemente do Governo que se tenha no futuro, o mais certo será que o desemprego ainda aumente para se sair da crise económica, pois os economistas apontam que uma das formas de sair da crise é ter mais desemprego. Acrescentando que, Portugal tem uma enorme influência da Espanha, e que como todos sabem o desemprego em Espanha está a cerca de 20% e Portugal cerca de 11%, e que quando se fala com os espanhóis eles dizem que olham para Portugal com inveja, pois não entendem como é que Portugal consegue ter uma taxa de desemprego tão baixa, quando toda a população a acha altíssima. Em sua opinião quando olha para a questão do desemprego, tem duas sensações: uma é a comparação com o que se passa em Espanha, outra é quando se lembra do que era Portugal há uns anos, cerca de 10/15 anos, em que o grande problema era a escravatura, mas que agora na Comunidade apenas tem um papel relativamente ao desemprego, é a população ser extremamente pró-activos local e regionalmente, para tentar descobrir outras soluções para o emprego e serem inventivos, e depois terem a consciência de que realmente fazem parte de uma grande máquina de "roldanas" que às vezes não termina e que o aumento de desemprego em Espanha tem grandes consequências em Portugal.

Concluiu, referindo que, há um esforço que passa por todos no combate ao desemprego e realçou que o problema é realmente muito grave.



*Handwritten signature and initials: "R. Silva" and "M. Almeida".*

José António Nogueira – Após cumprimentar todo o Plenário, começou por referir uma questão de índole administrativa, relativa ao envio dos e-mails, com a documentação para as reuniões, fosse pedida uma senha ou feito um contacto telefónico, para confirmação da sua recepção.

Quanto à questão das bandeiras, referiu que o Presidente do Conselho Executivo vem agitando os seus saberes na defesa do Alto Minho e de toda a região, e que muito tem feito pela liberdade e pela democracia. Manifestou a sua solidariedade e apelou para a sua continuação na senda que tem vindo a fazer.

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Membro Pedro Sousa Lobo, tendo este prescindido da mesma.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Fernando Cabodeira.

Fernando Cabodeira – Após cumprimentar todo o Plenário, começou por referir que, a sua intervenção se prendia com o reconhecimento do papel desempenhado pelo Conselho Executivo da CIM, sobretudo desde a sua criação até à actualidade, mas com um ênfase especial no ano de 2010, referindo que por tudo o que já foi dito, foi um ano de consolidação a nível interno da própria Comunidade Intermunicipal e de credibilização a nível externo, e que agora estarão na 3.ª fase, na fase da afirmação, por essa razão, considera que é de enaltecer o papel que tem sido realizado pela Comunidade Intermunicipal, sobretudo pelo seu Conselho Executivo, desde a sua criação até à data.

Mencionou que, não podem ser os Membros da Assembleia a tentar separar aquilo que o Conselho Executivo da CIM ao longo destes últimos tempos tem unido, e que este Conselho Executivo tem sido: a nível da região e a nível nacional, pelas suas capacidades de implementação de projectos, pelo desenvolvimento criado em cada Concelho e também pelo reconhecimento pioneiro dos projectos que tem sido implementados pela Comunidade Intermunicipal na Região. Acrescentou que, até se pode dizer que a CIM tem tudo, só não tem comparação com as outras Comunidades, pois são as outras Comunidades que reconhecem o papel que tem sido desenvolvido pela Comunidade do Alto Minho. Expressou ainda que, na sua opinião, não é de bom-tom que sejam os Membros da Assembleia, a por em causa as capacidades das pessoas do Conselho Executivo assim como dos demais trabalhadores.

Em jeito de desabafo, manifestou o seu desagrado por haver intervenções de Membros que fazem parte da Assembleia, que foram eleitos, tal como foram eleitos os membros do Conselho Executivo, e que estão agora a tentar separar e usar esta Assembleia para atingir determinados patamares, pois não considera correcto. Salientando que quezílias internas, não devem ser expostas nesta Assembleia Intermunicipal referindo-se às palavras mais amargas do Membro Paulo Morais. Referiu também a falta de informação actualizada deste membro com os colegas de partido, pois saberia de uma reunião em relação ao assunto do sistema das SCUT, em que



foi salientada a razão de não haver a imposição que o senhor Membro exigiu na altura da apresentação da recomendação de luto.

Acrescentou, referindo que, o Conselho Executivo da CIM reuniu e que as posições eram diversas, houve quem implementasse em rigor aquilo que estava estipulado na recomendação, embora a maioria não fizesse, pois tanto havia a hipótese para uma via como para a outra. Questionou, sobre a inexistência de bandeira, o que se hastear. Referiu que não se deveria utilizar esta Assembleia, sobretudo pela união que existe por parte dos membros do Conselho Executivo, para atacar o Governo, embora se possam manifestar sem ataques pessoais directos.

Paulo Pimenta – Começou por referir que iria expressar a sua opinião em relação à intervenção do Membro Paulo Morais, lamentando que este não tenha consultado os documentos, pois existe um documento escrito pelos Senhores Presidente da Mesa e do Conselho Executivo, em que é bem claro o motivo da não colocação das bandeiras, simplesmente, pela inexistências das mesmas.

Artur Rodrigues – Após cumprimentar todos os presentes, manifestou o seu desagrado por intervenções de alguns membros tendo manifestado o seu apoio ao Senhor Presidente do Conselho Executivo.

José Augusto Pacheco – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que a sua intervenção diz respeito à Moção apresentado pelo Grupo do PSD, mencionando que, se o documento ficar tal qual está escrito, o Grupo do PS votará contra.

O senhor Membro passou a mencionar quais as razões que levaram o Grupo do PS a votar contra: primeiro, porque se trata de uma fundamentação muito ideológica, da qual discordam do princípio da livre escola, referiu, que todos sabem que é um problema que se tem colocado aquando da elaboração dos programas dos partidos políticos, citando que, o PS não concorda com esse princípio, pois significaria tornar todo o ensino gratuito, e conceder às famílias um cheque ensino para que estas pudessem escolher livremente a escola pública ou a escola privada. Acrescentou ainda que, o Partido Socialista orgulha-se da escola pública que actualmente existe e cujos resultados foram recentemente reafirmados, pois Portugal subiu significativamente nas competências ao nível da Língua Portuguesa, ao nível da Matemática e ao nível da Ciência, afirmou que não estão perante um aumento da crise da escola pública.

Referiu também que, discorda abertamente que as escolas hoje possam ser apelidadas de armazéns/escolas, talvez no passado isso tenha acontecido, mas quem conhece a realidade das escolas sabe perfeitamente que essa não é a realidade actual.

Apontando o ponto seis da Moção, o Ministério da Educação tem uma política nacional para as escolas públicas que podem ser adoptadas pelas escolas privadas, sem quaisquer problemas, pois onde menciona que se deve recomendar e reclamar ao Governo a necessidade de se ter



*12/1/17*  
*Y. Resou*

em conta a realidade do ensino particular e cooperativo, no que se refere à sua inserção no plano nacional de melhor educação para todos, as escolas privadas já o podem fazer, porque estes programas são nacionais e o Ministério não exclui ninguém

Prosseguiu, referindo que no ponto dois não se podem esquecer que pela primeira vez o Partido Socialista tem uma avaliação externa das escolas públicas, pois nunca isso tinha sido feito por nenhum Governo. Referiu que tinham existido algumas experiências de avaliação externa de escolas, avaliação integrada, sistematizado a todos os agrupamentos. Citou que foi este Governo que pela primeira vez tomou essa decisão, acrescentou ainda que, o ensino privado tem o seu próprio modelo de avaliação e que neste momento talvez se possa dizer que todas as escolas sendo públicas ou privadas deveriam ter o mesmo modelo de avaliação. Não se entende o ponto dois, quando se pede maior rigor e objectividade.

Referiu ainda que, em relação há questão da livre escolha no ponto quatro, significaria, materializando esta ideia noutras palavras, que as famílias poderiam escolher livremente a escola, sendo ela pública ou privada. O Governo daria o cheque ensino às famílias, e estas iriam entregá-lo à própria escola. Mencionou que com a escola pública que existe e com os seus problemas sociais, talvez esta não fosse a política mais adequada, e a prática tem comprovado que apostar na escola pública tem sido um bom projecto.

Para terminar, referiu que, a questão da duração dos contratos da associação com as escolas privadas tem paralelismo pedagógico, reconhecendo que os contratos por um ano provocaram muita indefinição no próprio sistema. Finalizou referindo que concordariam com o texto, se este fosse redigido de outra forma, sendo o ponto seis completamente incompreensível e que neste aspecto se o texto não for alterado quer na sua fundamentação ideológica, quer em alguns dos seus pontos não merece a sua concordância.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Roleira Marinho.

Roleira Marinho – referiu que iria protestar contra as duas intervenções efectuadas. Relativamente à questão das bandeiras, referiu que a posição anunciada foi uma posição política e uma posição respeitosa, embora discordante, sobre a atitude que senhor Presidente do Conselho Executivo assumiu, mas com todo o respeito pela pessoa e que consideram o seu trabalho, a sua competência, o seu dinamismo, embora discordando daquilo que publicamente foi dito, aquando da aprovação da Assembleia, da responsabilidade de tomar o luto que foi decidido pelo conjunto de todos os seus deputados, por essa razão repudia ambas as intervenções que foram feitas, no sentido de denegrir a posição do Membro Paulo Morais.

Quanto à Moção do PSD sobre a educação, referiu que, estão a defender a população, e não para atacar ou defender o Governo, mas sim na defesa dos alunos, das famílias, da educação e do desenvolvimento do Distrito, e que é nesse sentido que a Moção é apresentada e que em nada a vão mudar.



O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.

Rui Solheiro – Fez um esclarecimento do que tem sido o comportamento do Conselho Executivo na matéria das SCUT que ao longo de todo o tempo que tem estado em cima da mesa o debate sobre portajar as SCUT, que de alguma forma atingem esta região, têm tido uma posição permanente de combate. Numa primeira fase em solidariedade com o Presidente da Câmara de Viana do Castelo que liderou, e bem, todo esse processo, conjuntamente com os outros Municípios até ao Porto. Numa segunda fase exigindo que todo o Alto Minho tivesse as medidas compensatórias que tinham sido anunciadas apenas para os Municípios onde as SCUT passavam, num raio de 10Km; por fim, numa outra fase e na actual, uma exigência de que não haja portagens na A27 e na A28 dentro da NUT, pois são as menos desenvolvidas do país.

Referiu ainda que, esta foi uma questão subjacente à criação das próprias SCUT e que sobre esta matéria enviaram também exposições ao Primeiro-Ministro, tornadas públicas, da oposição a que a A27 e a A28 venham a ser portajadas na região. Mencionou que, em relação à Moção aprovada, estava convencido que com o documento conjunto distribuído o assunto tinha finalizado. Expressou ainda que não acrescentava mais nada sobre esta matéria. Apenas disse, ser há cerca de 30 anos militante de um partido político, que é o Partido Socialista e que nunca abdicou de expressar as suas opiniões, embora saiba distinguir os fóruns em que estas devam ser feitas, de uma forma partidária ou não. Mencionou que esta Comunidade tem mais de dois anos de existência e que nunca ninguém o viu tomar uma posição que pudesse confundir com a do partido a que pertence. Referiu também que, não é por acaso que todos fazem um esforço para chegarem a um consenso. Concluiu, que não tem dúvidas de que da sua parte e dos seus colegas é assim que irão continuar a trabalhar.

Para terminar, referiu que enquanto estiver nestas funções na Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, tem consciência que esta Comunidade só faz bem o seu papel se conseguir um papel supra-partidário.

Tomando a palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que a Mesa tinha duas Propostas de Recomendação e uma Moção para submeter à aprovação em Plenário.

O senhor Presidente suspendeu a sessão por um período de 5 minutos.

Retomada a reunião o senhor Presidente passou de imediato à votação da primeira Proposta de Recomendação sobre a abertura de uma estação de serviço na A27 e A28 e informação turística, que foi aprovada com 24 votos a favor, 0 votos contra e 22 abstenções.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Maria Emília Cerqueira para fazer uma declaração de voto.

Maria Emília Cerqueira - Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que antes de fazer a sua declaração de voto, queria apenas lamentar a falta de condições e dignidade que tem as



instalações da Villa Moraes.

Relativamente à sua declaração de voto, referiu que, o PSD se abstem por duas razões: primeiro porque considera que provavelmente esta matéria extravasa as competências da CIM; segundo estas deveriam ser vistas e estudadas caso a caso nas Câmaras Municipais em colaboração com as concessionárias para verem esse interesse, e também qual o interesse concreto que as Autarquias considerem relativamente a este assunto, por esta razão Grupo Parlamentar do PSD absteve-se nesta votação.

O senhor Presidente passou à votação da segunda Proposta de Recomendação sobre a organização de um debate em 2011 sobre a regionalização, que foi aprovada por maioria com 29 votos a favor 0 votos contra e 17 abstenções.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Vasco Eiriz para fazer uma declaração de voto.

Vasco Eiriz – Começou por referir que o Partido Social Democrata não se iria opor ao debate e muito menos a debates sobre a regionalização, pois também na regionalização são a favor da liberdade de escolha.

Mencionou que, era necessário ter em atenção as propostas feitas pelo Executivo para 2011, a qual passou a ler a Proposta: “Durante o ano 2011, pretende-se iniciar a elaboração de um plano de desenvolvimento para o Minho-Lima em que se definirão de forma organizada, partilhada e amplamente participada pelos principais actores regionais as principais linhas de intervenção no território, identificando cenários para o seu desenvolvimento estratégico deste território a curto, médio e longo prazo consubstanciado num plano estratégico territorial”.

Expressou que, isto era de facto matéria relevante, importantíssima, mas o que os preocupou nesta proposta de debate, foi se tudo isto não levantaria dificuldades em termos de implementação desta proposta saudável do Executivo. Acrescentou, que também gostariam de saber a opinião do Executivo sobre a conciliação de todo este conjunto de discussões, pois consideram que é de difícil compatibilização.

Pedro Sousa Lobo – Começou por referir, que gostaria de enaltecer a proposta apresentada pelo Grupo do Partido Socialista, referindo que urge desmontar a tese de que para ser competitivo, Portugal deve apostar no centralismo e na concentração, urge desmistificar a trilogia: regionalização, descontrolo, despesismo. Recordou aos Membros da Assembleia que na deliberação da Alfândega presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, após apurado estudo e análise, concluiu-se que as regiões não implicam o empolamento das despesas do Estado, nem do número de funcionários, implicam sim, a redistribuição dos recursos e a transferência de serviços periféricos para as regiões e por isso, uma racionalização do próprio Estado. Espera que este debate aprofunde o conhecimento desta



questão e desperte a responsabilidade dos políticos nacionais para a necessidade de instituírem concretas regiões Administrativas em Portugal.

José Carlos Resende – Referiu que não iria fazer uma declaração de voto, mas antes, uma interpelação à Mesa com dois objectivos: primeiro queria pedir para que na acta se fizesse constar quais foram os Agrupamentos Políticos que votaram a favor nas últimas Propostas apresentadas, e segundo que queria apenas manifestar a estranheza de dizerem que votam ou abstêm-se, porque não ouviram a Comissão Executiva e não pediram para ouvi-la antes de votar.

O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação da Moção sobre o ensino nas Escolas Particulares e Cooperativas, referindo que não a iria ler uma vez que esta era extremamente longa e já tinha sido lida, a qual não foi aprovada com 23 votos contra, 16 votos a favor e 6 abstenções.

O senhor Presidente concedeu a palavra aos Membros José Carlos Freitas, José Augusto Pacheco para estes fazerem uma declaração de voto.

José Carlos Freitas - Após cumprimentar todo o Plenário expressou que por momentos pensou que estava numa reunião da Assembleia da República, tendo em conta as matérias tidas em apreço.

Acrescentou que concordam com a substância, mas não concordam com a forma, pois acham que não se devem fazer substituir quer à Assembleia da República nesta questão, quer ao Governo que são as Entidades competentes para deliberar nesta matéria, daí o motivo da abstenção do seu Grupo.

José Augusto Pacheco – Referiu que, o Partido Socialista votou contra, porque em primeiro lugar se trata de uma temática que extravasa por completo as competências da CIM Alto Minho; em segundo lugar, porque a discussão da escola pública e da escola privada tem que ser feita de acordo com determinados princípios, que o Grupo do PS defende, que trazem para a Assembleia não só em termos de defesa pessoal, mas também em pertença partidária, pois pertencem a um partido e estão de acordo com o seu ideário; por último, referiu que estavam abertos à alteração da Moção. Mencionou que o propuseram, foi rejeitado e aceitam-no, mas que também queriam citar que não são contra o ensino privado, pois este tem desempenhado um papel fundamental na qualidade do sistema educativo português. Que são a favor da regulação do ensino público e do ensino privado em função de determinados princípios que devem ser discutidos, não regional mas nacionalmente, porque o princípio de livre escolha não é algo que possa ser aplicado na CIM Alto Minho e ser aplicado noutras Comunidades de forma diferente.

O senhor Presidente deu por encerrado o Período de Antes da ordem do Dia, passando de imediato ao Período da Ordem do Dia.



*Handwritten signature and notes:*  
12/11/10  
M. Resposta.

## **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

### **2.1 – Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo.**

### **2.2 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011.**

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo, que após cumprimentar todo o Plenário, solicitou ao Senhor Presidente e Membros da Assembleia, para fazer a junção do ponto 2.1 e do ponto 2.2, para fazer apenas uma única apresentação, evitando assim uma repetição. Foi concedida a junção. O senhor Presidente do Conselho Executivo, iniciou a sua intervenção, referindo que, estão a apresentar um Plano e Orçamento para 2011, que no fundo é a continuidade de todo o trabalho feito até à data. Em 2009 ainda a constituir equipa, organizar processos, a dar os primeiros passos num processo complicado que foi o da contratualização num quadro Comunitário também complicado como é o QREN, mas que no ano de 2010 se deu um salto qualitativo importante, e que estão agora reunidas condições para que em 2011 possam estar a velocidade cruzeiro.

Acrescentou, que têm uma equipa técnica a dar apoio à execução do Plano Territorial na Contratualização, que são cerca de 72 milhões de euros, que na altura foram contratualizados.

Referiu que, estão habituados a reivindicar a que os técnicos possam dar resposta atempada aquilo que são as preocupações de todos, não fez esta declaração no Conselho Executivo, mas fez questão em fazê-la na Assembleia, pois tem outra visibilidade, uma vez que ao fim de dois anos de actividade reconhecem na equipa técnica da CIM competência, dedicação, pois estes têm ajudado a que se possa dizer que a CIM do Alto Minho é a CIM do país com maior execução em termos de contratualização a nível nacional.

Referiu ainda, que este apoio é muito importante, pois houve um acordo entre a Associação de Municípios e o Governo, no sentido da execução do QREN, para este ano procurarem atingir metas de grande execução, e que de alguma forma criou concorrência entre as diversas CIM'S do país, no sentido de quem mais executasse, teria acessos a reforços, quem não executasse o suficiente poderia ver as suas verbas cortadas.

Acrescentou também, que neste momento estão em fase de renegociação o acordo entre a Associação de Municípios e o Governo, que ainda durante o mês de Dezembro esse acordo poderá ser assinado e que tudo aponta que CIM'S como a do Alto Minho venham a ter reforços financeiros, em virtude de terem conseguido a maior execução financeira do país.

Citou que, a CIM tem neste momento, a execução física e financeira de cerca 30 milhões de euros no Alto Minho, mas que quem olha para o orçamento da CIM não o vê, pois este orçamento é mais para pagar às equipas técnicas que têm, que aprovam e apoiam os diversos programas. Que por um lado a contratualização, com uma equipa só para a contratualização, mas que como todos sabem existem outros programas, como o PROMAR, MINHO-IN, todo um



*Handwritten signature and initials: "12/11/14" and "nefoca".*

conjunto de programas que tem que ter acompanhamento técnico, além de haver outro tipo de candidaturas que ficam ilesas à contratualização e que precisam de técnicos para trabalhar.

Acrescentou que, no fundo, o orçamento que foi verificado dos 4 milhões e que não estão distribuídos tem essencialmente a ver com despesas com pessoal, ou então a contratação de serviços para tratar de um conjunto de estudos que tem vindo a ser elaborado nas diversas áreas, na qual a maioria delas com abrangência em toda a área da CIM.

Referiu que, estão a gerir não só a contratualização, mas também outros programas, como o Consórcio Minho-IN. O PROMAR para a zona marítima, essencialmente Viana do Castelo, Caminha, Esposende e uma freguesia de Vila Nova de Cerveira, em que o representante do PROMAR na CIM é o senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, e também um conjunto de projectos vindos dos próprios Municípios, outros vindos da Associação de Municípios do Vale do Minho e da Valimar, que com o encerramento dessas Instituições passaram para a CIM.

Expressou que, a preocupação da CIM tem sido ir mais além do que gerir a contratualização, que têm tido a preocupação de procurar lançar um conjunto de iniciativas que permitam um melhor funcionamento dos serviços e também com a sua dimensão ter ganhos de eficiência em termos financeiros.

Informou que, estão com as Águas do Noroeste em renegociação dos contratos de alta entre os dez Municípios e aquela entidade, seria uma negociação mais difícil, se cada um dos Municípios tivesse que a fazer de forma individual, principalmente os Municípios mais pequenos, por essa razão, decidiram que só negociariam em conjunto, uma matriz que fosse comum a todos, e que lhes estão a dar condições de fazer um novo contrato, em condições muito mais favoráveis do que o primeiro contrato, no que respeita a consumos mínimos, e até garantias de preços de futuro.

Na área do ambiente têm um Plano de Acção para a Energia Sustentável que visa a redução da emissão de carbono em 20% até ao ano de 2020, salientando que a CIM do Alto Minho quer neste domínio ser pioneira no país, o que é designado pelo Pacto dos Autarcas do Alto Minho, que tem como objectivo reduzir a emissão de carbono e com prazos de execução até 2020 e com medidas a executar.

Referiu que, é importante porque é uma área ambiental e também em termos de imagem para a região que tem no ambiente e na qualidade ambiental uma das suas principais bandeiras.

Prosseguiu, referindo que, estão num processo de fusão a VALICOM e a MINHOCOM, que são empresas com a participação dos Município do Vale do Minho e do Vale do Lima na área da Fibra Óptica e que tem como objectivo levar a fibra a todos os Municípios, agora numa segunda fase de capilaridade, procurar levar às casas e às empresas novas Tecnologias de Informação.



Citou que se, está a tratar do processo burocrático até à fusão e que têm boas perspectivas, mesmo em termos de apoio Comunitário para que haja financiamento para essas redes capilares, que tornem rentáveis estes investimentos por parte dos empreendedores privados.

Relativamente, à questão de se avançar com um plano de desenvolvimento para o Alto Minho, referiu que, internamente têm vindo a reflectir sobre o assunto, e que a melhor forma seria através de debates abertos, onde participem todos os Autarcas que fazem parte da Comunidade, mas também onde participem empresários, representantes da cultura, da educação. Acrescentou que a CIM tem capacidades para convidar personalidades de prestígio, especialistas nas diversas áreas, para organizarem debates temáticos durante cerca de um ano, de uma forma periódica, num programa bem elaborado, culminando com a montagem de um Congresso sobre o futuro do Alto Minho.

Na criação da rede de apoio ao Empreendedorismo, referiu que se esta a trabalhar no terreno com as Associações Empresariais, e que estão preocupados com a iniciativa privada no que respeita ao desenvolvimento urbano, uma vez que tem havido muitos programas também na contratualização. Que há também a nível de programas nacionais/regionais a apoiar os Municípios na intervenção nos centros urbanos, nos espaços públicos, e que nos espaços históricos há muita degradação dos edifícios.

Mencionou o Programa JESSICA que é um fundo de apoio aos investimentos privados para a actividade económica no centro histórico, em que a Comunidade se está a empenhar juntamente com o BPI para que possam existir apoios para os privados, e que possa também fazer alguma coisa abrangente ao Alto Minho.

Na área florestal, informou que, na sequência dos repetidos desastres ambientais a que o Alto Minho tem sido sujeito, nomeadamente, à regular destruição da sua floresta, a CIM lançou um desafio ao Governo de criar uma diferente forma de gestão florestal, e que se assim entenderem, poderá dar origem a uma estrutura de gestão florestal alargada a todo o Alto Minho centrada em evitar e/ou minimizar a regular destruição a que este recurso essencial para o Alto Minho tem sido sujeito.

Relativamente ao Reforço Institucional da CIM Alto Minho com o Programa PROMAR, MINHO-IN, do Cluster do Mar, referiu que têm procurado reforço das relações institucionais com o IPVC, que assume um papel de destaque no Alto Minho, como instituição de referência na investigação, formação e ensino e que pode funcionar como plataforma de ligação ao mundo exterior de muitas ideias que são capazes de enformar o futuro.

Expressou que, se deve aprofundar o diálogo que Portugal tem com o seu espaço exterior mais imediato, a Galiza. Uma das hipóteses que existe é a criação de uma AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial), que permite que se façam candidaturas directamente a Bruxelas. Citou que, na UNIMINHO já estão a tratar dos Estatutos para a AECT, e que até já têm



elaborada a proposta dos estatutos, já informaram o Presidente da Deputação de Pontevedra que nesta revisão dos estatutos e na criação da AECT, poderiam alargar a outros Municípios da Região. Apesar de só terem feito um contacto, não houve qualquer oposição por parte do Presidente da Deputação de Pontevedra.

Para terminar, referiu que, a participação dos Municípios diminuiu para 2011, em relação ao contributo que davam à CIM, em 10%, que as despesas com o pessoal foram reduzidas com a saída de cinco funcionários, um por aposentação e quatro por cessão de mobilidade com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2010. Acrescentou que iriam entregar um novo mapa de pessoal. O senhor Presidente solicitou a compreensão de todos para este pequeno lapso, uma vez que o mapa que entregaram estaria actualizado em 2010, mas para 2011 não faria sentido.

O senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito os senhores Membros Maria João Vassalo, Fernando Cabodeira, Vasco Eiriz e José Carlos Resende.

Maria João Vassalo – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que iria apenas fazer duas breves notas, relativamente à leitura do Plano para 2011, mencionou que este Plano é muito mais rico e ambicioso que o que foi apresentado em 2010, pois engloba uma perspectiva mais integrada do Distrito de Viana do Castelo. Referiu que, concorda com o Senhor Presidente do Conselho Executivo, pois estes dois anos foram de crescimento, fez votos que com aprovação deste Plano de Actividades e Orçamento para 2011 este processo de maturação e de crescimento se concretize e que este Plano ambicioso seja possível para que todos possam encarar com algum optimismo o difícil ano de 2011.

Referiu que, também fazem votos para que a maturidade política que o Conselho Executivo da CIM tem manifestado nas suas discussões e nas suas aprovações possa também ser uma realidade em 2011 na Assembleia, porque todos têm alguma dificuldade em perceber quais são os temas que devem ou não ser discutidos, dado o pouco tempo de existência da Assembleia.

Para terminar, fez votos para que 2011 seja um ano em que se possa ter uma maior consciência regional, uma maior consciência distrital e que a Assembleia tenha um trabalho profícuo nesse sentido.

Fernando Cabodeira – Referiu que, reiterava o que tinha dito anteriormente, depois de uma fase de consolidação interna da parte da Comunidade, e da credibilização externa, chegaram à terceira fase da Comunidade, que é a fase da afirmação, e que esta fase vem depois daquilo que todos vêm e sentem, que é o empenho do Conselho Executivo da CIM e por todos os Presidentes de Câmara que têm conseguido atingir o máximo do que é planeado. Expressou que é um orgulho saber que a Comunidade Intermunicipal depois da fase da consolidação e da credibilização externa, com várias parcerias, recorrendo a várias entidade que têm protocolos com a Comunidade, que tem apresentado e ainda apresentam nas grandes opções do plano e



orçamento várias prioridades, mas com projectos no terreno. Em sua opinião está tudo bem feito, e a prova é a credibilização que tem tido a nível externo, quando é reconhecida esta Comunidade como sendo pioneira em muitos projectos que têm sido postos no terreno na Região do Alto Minho.

Referiu que, isso se deve à grande coesão que tem existido entre os Membros do Executivo da Comunidade. Citou que não vale a pena tentarem dividir aquilo que o Conselho Executivo da CIM juntamente com a equipa técnica também têm sabido unir, pois é um orgulho para todos saber que a região do Alto Minho se está a desenvolver de uma forma igualitária, concelho a concelho, graças ao empenho da Comunidade.

Vasco Eiriz – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que a posição do Partido Social-Democrata é votar a favor das grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, embora o façam com algumas reservas e questões que querem colocar ao senhor Presidente do Conselho Executivo.

A primeira reserva resulta daquilo que parece ser algum excesso de optimismo, pois o orçamento para 2011 contempla um crescimento de 12% em relação ao do ano de 2010, atingindo um valor de 4.390 mil euros, frisou que é deste orçamento que estão a falar e não de orçamentos de 120 milhões que tem a ver com as aplicações no terreno por parte dos Municípios.

Acrescentou, que é sabido, e de acordo com a informação prestada na última Assembleia a taxa de execução orçamental em 2010 renderá os 20%, e por comparação com outras Comunidades Intermunicipais, referiu que, ao que parece o senhor Presidente do Executivo está satisfeito com os referidos valores, embora para o PSD essas taxas sejam escassas.

Sugeriu que, a manter-se a situação de baixas taxas de execução de forma sustentável, em orçamentos futuros o Executivo repensasse o seu processo de orçamentação, aproximando-o da realidade financeira da Comunidade.

A segunda grande reserva, resulta do aumento da dependência dos Fundos Comunitários, e que estes fundos passam de 41% das receitas totais em 2010 para os preocupantes 54%. Acrescentou que, embora o peso destes fundos seja elevado, não foi surpresa para ninguém, mas que o seu valor tenha passado os 50% é algo que deva merecer uma reflexão do Executivo e de toda a Assembleia.

A terceira reserva que gostaria de apresentar, tem a ver com a aquisição de bens e serviços, pois esta rubrica passa de 1.625 mil euros em 2010, para 2.358 mil euros, representando um aumento de 45%. O senhor Membro solicitou ao senhor Presidente do Executivo uma explicação para este aumento, num ano em que deveria haver contenção da despesa.

Prosseguiu, referindo que, para além destas três reservas fundamentais no que diz respeito ao Orçamento da Comunidade, existem várias operações empresariais que estão por explicar e



para as quais também gostaria de ter alguma clarificação, referindo-se a quatro operações em particular. A estrutura de gestão florestal alargada a todo o Alto Minho, um instrumento financeiro para apoio ao desenvolvimento urbano na componente que ultrapassa a capacidade de intervenção pública, a nova empresa que resulta da fusão da VALICOM e da MINHOCOM e a criação de uma nova Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento nos 10 Municípios. Acrescentou que, embora o senhor Presidente tenha feito referência a estas quatro operações, elas são relevantes e pensa que poderão ter impacto significativo no Alto Minho.

Por estas razões gostariam de ter uma maior clarificação para cada uma das operações, no que diz respeito aos seus modelos de organização, incluindo personalidades jurídicas, participações e parceiros envolvidos, modelos de repartição de custos e benefícios entre parceiros e os mecanismos de preservação do interesse público que estarão contempladas nessas operações empresariais.

Para terminar, mencionou que votarão favoravelmente a proposta com as reservas identificadas, alertando o Executivo para que tenha em atenção os aspectos referidos, tanto no decorrer da execução em 2011, como em orçamentos e planos futuros.

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Membro José Carlos Resende, mas este prescindiu da mesma.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente do Executivo.

O senhor Presidente, tomando a palavra, referiu que há certas coisas que quem está de fora não as percebe, pois quando se estão a referir que para o próximo ano vão arranjar um plano estratégico e convidar pessoas para assessorar, quando se fala do projecto que existe sobre o empreendedorismo, o plano de transportes para todos os Municípios e para o Alto Minho, o projecto da água da rede em baixa, criar ou não uma empresa intermunicipal, a eficiência energética que se está a trabalhar, são trabalhos que têm que ser feitos com consultadorias, em que estão alguns a iniciar-se e que se prolongarão para o próximo ano, e que outras ainda não se iniciaram, como é o caso do Plano Estratégico.

Mencionou que, não podem dizer que é um Plano que tem um conjunto de intervenções em áreas interessantes, pois têm que fazer esses estudos, apresentarem projectos e depois não os financiarem, deu como exemplo a Candidatura Ilumina Alto Minho que tinha quase um ano e que só agora foi aprovada, referiu que, são cerca de 200 mil euros por Município, para aplicar redutores de consumo de energia, mas que ninguém tem responsabilidades que esta candidatura demorasse um ano para ser aprovada.

Relativamente aos modelos de organização, referiu que a CIM, quer na fusão do MINHOCOM/VALICOM, quer nas Águas, decidiu avançar, depois de estudos feitos, de avaliarem e de verem se de facto há interesse para a região fazer uma empresa intermunicipal de abastecimento de água e saneamento em baixa. Informou que, esses estudos estão a ser



feitos, mas só farão uma proposta quando todos estiverem seguros de ser rentável, se irá ser viável, se irá prestar melhores serviços às populações, se tiver tarifas mais baixas do que as que tem as Águas do Noroeste. Nessa altura as propostas da nova empresa a criar terão que vir à Assembleia Intermunicipal para sua aprovação, pois não existe outra forma de o fazer, ou seja todo esse processo passa pela Assembleia, mas na altura que se justifique passará, pois podem chegar a uma conclusão sobre a questão da empresa intermunicipal das redes em baixa, que depois dos estudos todos feitos, poderão ter dúvidas sobre a sua viabilidade, e se acharem que é arriscado tratarem com uma empresa, então comunicariam à Assembleia que esses estudos deram determinados resultados que não aconselham a avançar.

Referiu que, relativamente ao aumento na despesa, esse é provocado pelo aumento de 10% de Fundos Comunitários.

Para terminar, mencionou que, quando fala com algum optimismo, é porque é mesmo optimista, mas um optimista responsável.

O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, que foi aprovada com 45 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

Sendo a presente deliberação submetida ao Plenário para efeitos de aprovação em minuta o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Nada mais havendo a tratar sobre este assunto o senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia.

### **2.3 – Transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados.**

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente Conselho Executivo para introdução este ponto.

O senhor Presidente, tomando a palavra, propôs que as quotas fossem repartidas de forma igualitária por todos os Municípios, ou seja, 4 mil euros por Município. Acrescentou que há uma diferença em relação ao Canil Intermunicipal, pois era só do Vale do Lima, e que houve um investimento que agora os Municípios do Vale do Minho pagam o mesmo em termos de funcionamento, mas têm custos de amortização correspondentes ao investimento inicial.

Terminada a análise em discussão, o senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. Todavia não havendo inscritos, passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos presentes.

Sendo a deliberação deste ponto da Ordem submetida ao Plenário para efeitos de aprovação em minuta, o Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade.



#### **2.4 – Autorização de empréstimo a curto prazo.**

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para este ponto, e referiu que os empréstimos a curto prazo têm que ser pagos no próprio ano, e dessa forma o resultado final é zero, mas que por vezes, para resolver problemas de tesouraria são úteis. Acrescentou que a lei prevê a contratação de empréstimos a curto prazo, 10% do que são receitas próprias, e as receitas próprias consideradas, são as receitas dos Municípios e as transferências do Orçamento de Estado, em que o montante máximo são 170 mil euros.

Terminada a análise em discussão, o senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. Todavia não havendo inscritos, passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada com 45 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

Sendo a deliberação deste ponto da Ordem submetida ao Plenário para efeitos de aprovação em minuta, o Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade.

#### **2.5 – Mapa de pessoal.**

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para introduzir este ponto. Referiu que o mapa de pessoal foi rectificado, pois o outro coincidia com o de 2010 e que o que este último que foi distribuído corresponde à realidade actual.

Terminada a análise em discussão, o senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. Inscreveu-se o membro Maria Emília.

Maria Emília – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que, metade da sua intervenção foi corrigida com os documentos entregues, pois o Grupo do PSD ficou bastante preocupado com as vagas existentes, nomeadamente os directores de departamento, mas que com esta rectificação ficaram mais confortados.

Questionou o senhor Presidente se de facto todo este quadro de pessoal está preenchido, pois no caso de estarem provisionados não haveria nada a fazer, mas no caso de não estarem, se haveria possibilidade de não os preencher, atendo ao ano de rigor que se avizinha.

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo, que referiu que desde o início da Comunidade não admitiram ninguém, herdaram pessoal dos dois Gat's e das duas Associações de Municípios. Referiu que houve entretanto possibilidades de algum do pessoal dessas Associações serem colocados noutros locais.

O senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada com 45 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

Sendo a deliberação deste ponto da Ordem submetida ao Plenário para efeitos de aprovação em minuta, o Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade.

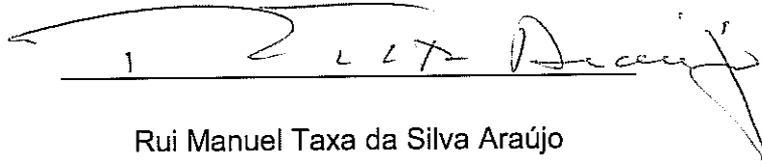


### 3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Por fim, o senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes nesse sentido.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da assembleia agradeceu a todos e quando eram vinte e uma horas e dezanove minutos, encerrou os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada no próximo Plenário, há-de ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia



\_\_\_\_\_

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

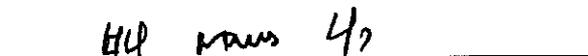
A Vice-Presidente da Assembleia



\_\_\_\_\_

Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia



\_\_\_\_\_

Abel Nunes Lopes